

## Multipli(cidades)

RAFAEL BIANCHI SILVA \*

FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES \*\*

### Resumo

Este artigo tem como objetivo problematizar a dinâmica das cidades a partir de alguns operadores conceituais engendrados na obra de Deleuze e Guattari. Em um primeiro momento, busca-se percorrer parte das linhas que se compõem e decompõem no cenário das cidades, articuladas a dimensões macro e micropolíticas. Em seguida, discutem-se as expressões desejantes que se materializam no cotidiano da população. Conclui-se que as cidades se apresentam como cenários propícios para múltiplos encontros, possibilitando a criação de diferentes modos de existência.

**Palavras-chave:** Cidades; Subjetividade; Deleuze; Guattari.

### *Multipli(cities)*

### Abstract

This article has the objective of discuss the dynamics of cities from some conceptual operators engendered in the work of Deleuze and Guattari. At first, we try to go of the lines that compose and decompose in the landscape of cities, articulated the macro and micro-political dimensions. After that it is discusses the desiring expressions that materialize in the daily life of population. It is concluded that the cities present themselves as propitious scenarios for multiple meetings, enabling the creation of different modes of existence.

**Key words:** Cities; Subjectivity; Deleuze; Guattari.



\* **RAFAEL BIANCHI SILVA** é Doutor em Educação (Unesp/Marília) e Mestre em Educação pela UEL. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (PPI/UEM).

\*\* **FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES** é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga na política de Socioeducação da cidade de Londrina junto à política de Assistência Social, Londrina, PR, Brasil.

\*\*\* Agradecemos a aluna do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, Isabella Torres Soares, pela sugestão do título deste artigo.



Neste artigo, temos como objetivo problematizar parte das movimentações que se desenham na dinâmica das cidades, possibilitando a composições de diversidades existenciais e sociais. Para tanto, destacamos alguns operadores conceituais que emergiram como estratégicos para esta análise, como a noção de linhas, as dimensões macro e micropolíticas e a noção de desejo, a partir das discussões realizadas por autores como Deleuze e Guattari.

O viés que fundamenta esta análise parte do pressuposto de que as variadas formas como a vida se constitui nas cidades está, necessariamente, articulada a processos plurais, heterogêneos e contingentes. Tal elemento, a produção da vida de modo múltiplo e complexo, implicou a escolha por uma perspectiva conceitual que se alinhasse a esta prerrogativa. Como bem expressa Silva (2013, p.5), “para compreender uma cidade, há que

se ouvir as muitas vozes que compõem a sua musicalidade [...]”.

Assim, em um primeiro momento, apresentaremos o conceito de linhas, tal qual articulado por Deleuze e Guattari (1996), com o objetivo de localizar as cidades como locais onde se produzem modos plurais de vida. Em seguida, problematizaremos as dimensões macro e micropolíticas que compõem os processos de construção da realidade no cenário das cidades. Por fim, analisaremos o desejo como produção social, política, econômica e tecnológica, sendo as cidades locais potentes para essa fabricação.

### **Linhas que se desenham nas cidades**

“Indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 151) que se compõem e decompõem a todo o momento e em velocidades nem sempre perceptíveis. Tais linhas produzem estratos e códigos que nos

habitam, ao mesmo tempo em que articulam mapas abertos à intrusão de novos elementos subjetivos, sociais e políticos. Somos “pessoas como elemento de conjunto” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 67), produto de coletividades, sendo as cidades espaços potenciais para tais articulações.

Deleuze e Guattari (1996) problematizam esse emaranhado de linhas que nos compõem, sendo que parte dessas nos é imposto de fora; outras surgem ao acaso e há, ainda, aquelas que necessitam ser inventadas e traçadas sem prescrições. Nessa perspectiva, não há um “sujeito da enunciação”, fonte de nossos movimentos subjetivos, pois “antes de ser, há a política” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 78).

Somos falados a partir de discursos que nos atravessam ao mesmo tempo em que as práticas sociais em que estamos imersos também constituem e produzem subjetividade e modos de existências. Assim sendo, somos fruto de processos complexos que compõem, enquanto dinâmica, jogos de forças e poder que tem na cidade um espaço propício para seu engendramento.

As linhas são de diversas naturezas (sociais, políticas, culturais, científicas) e se misturam a todo o momento e em velocidades distintas, resultando em múltiplas composições de modos de vida que são singulares e coletivamente produzidos. Deleuze e Guattari (1996) destacam três tipos de linhas: as duras e/ou molares, as flexíveis e/ou moleculares e as linhas de fuga, sendo que, entre elas, há inúmeras composições e passagens possíveis.

As linhas duras estão relacionadas a configurações instituídas de vida e disseminam a existência de uma identidade una, natural e estável,

estruturada em consonância com os modelos de inteligibilidade cultural vigentes em um dado momento histórico. Tais linhas são, geralmente, mais precisas, contabilizáveis e visíveis, sugerindo confiança e previsibilidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Organizadas em conjuntos molares (como, por exemplo, o Estado, as instituições e as normas), as linhas duras acarretam modos prescritivos de vida e processos de educação e regulação da população nas cidades.

Ressalta-se, contudo, que nas fronteiras das composições molares pode haver movimentações, ainda que lentas, de componentes moleculares que se atualizam em linhas mais flexíveis. Embora menos visíveis, essas linhas não são menos precisas ou efetivas, à medida que chegam a dirigir processos irreversíveis de mudanças, implicando fissuras nos modelos prescritivos de vida (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Destaca-se, contudo, a possibilidade de que a interferência de linhas flexíveis se intensifique a um ponto que se torne insuportável para o corpo que o experimente, levando-o para uma espécie de “buraco negro” (DELEUZE; GUATTARI, 1996), que pode ser materializado, por exemplo, nas situações de adoecimento. Nesse aspecto, podemos afirmar que as cidades possuem, de certa forma, elementos que fomentam tal condição. Por exemplo, estes processos são observados na vivência de indivíduos em movimentos sociais reivindicatórios. Logo, embora as linhas flexíveis possibilitem microfissuras nas composições duras, estas estão sempre a mercê de processos de molarização.

A história nos mostra que quanto mais intensa a articulação de movimentos conservadores (que apontam para a reiteração do que está instituído), maior

as movimentações que tendem a problematizá-lo, potencializando a produção de singularidades que escapam a ambas as esferas. Um exemplo pode ser visto nos chamados “rolezinhos” nos quais grupos de jovens provenientes comumente das periferias das cidades ultrapassaram as fronteiras espaciais delimitadas como um lugar de pessoas de classe média-alta, o que justifica a sua localização como invasores e potencial risco àquela comunidade.

A flexibilidade das linhas também pode ser observada na organização e planejamento das cidades. A população avança sem obedecer à planta baixa idealizada pelos arquitetos e governantes. Novos bairros são criados, gerando uma ocupação de espaços que aparentemente não se mostravam apropriados para construção de novos espaços residenciais. Logo

[...] é, nesse sentido, que se observa aqui o reconhecimento da cidade enquanto obra produzida e vivida, no cotidiano das relações de imediatividade, o que acaba por revelar uma potência intrínseca ao urbano. Essa potência urbana, energia concentrada e acumulada de relações sociais, se evidencia como possibilidade de forma mais clara e imediata na vida daqueles que vivem e vivenciam uma cidade [...] por meio de seus lugares qualificados, tais como uma rua e/ou uma praça [...] (DIAS, 2009, p. 4).

Mas existem também as linhas de fuga ou ruptura. Estas ao se intercruzarem com as demais, produzem movimentos intensos de descodificação e ruptura, levando a destinos desconhecidos e imprevisíveis. Contudo, ao contrário de um movimento de renúncia e/ou de resignação, essas linhas se apresentam como “um trem em marcha”

(DELEUZE e GUATARRI, 1996, p. 70) que, ao passar, pode desestabilizar perspectivas instituídas de vida, possibilitando a invenção de outras maneiras de existir, bem como a experimentação de sensações que colocam em cena a confusão, o perigo e a perda de referências. Por isso mesmo, as linhas de fuga são mais difíceis de serem localizadas, uma vez que se ensaiam na sutileza dos encontros, podendo ser rapidamente capturadas e transformadas em linhas mais endurecidas e institucionalizadas.

Não há como pensar as linhas duras, flexíveis e de fuga separadamente. As três são imanentes e se encontram sempre imbricadas uma na outra, interferindo, reagindo e possibilitando em cada uma correntes de maleabilidade ou mesmo pontos de rigidez. Somos segmentarizados a partir de binarismos (ex: homens/mulheres, adultos/crianças, branco/negro), circularmente (ex: minhas ocupações, as ocupações de meu bairro, de minha cidade) e linearmente (da família à escola, em seguida ao trabalho, entre outras Instituições). Compomo-nos ao bairro em que moramos, às ruas que circulamos, às pessoas que transitam nesses espaços, sendo que nestes campos de vivências se dispõem múltiplas possibilidades de existência, tomando a cidade como um espaço em intensa construção no qual, como bem afirma Pereira (2012, p. 53), tudo comunica:

[...] os muros, as paredes, os corpos, as ruas, os sons, os automóveis... Elas são compostas por imagens materiais e imateriais como corpos, sons, ruídos e muito visual. São polifônicas, são policromas, são comunicacionais, porque fazem aparecer vozes diversas, cores e imagens múltiplas que compõem fluxos comunicacionais que

favorecem a fluidez, a criação de brechas, de rachaduras que podem reconfigurar modos de existência.

Tais linhas, portanto, se encontram imbricadas em meio a articulações macro e micropolíticas (DELEUZE; PARNET, 2004), sendo que a diferença entre uma macro-história e uma micro-história não se alude à duração e/ou tamanho das referências consideradas, mas a sistemas de códigos produzidos por diferentes composições de linhas e segmentos e os diversos efeitos dessas articulações na população, como problematizaremos a seguir.

#### **As cidades como cenários de composições macro e micropolíticas**

Segundo Deleuze e Guattari (2006), a história individual está imbricada com a história da comunidade, logo, ao mesmo tempo em que a constituição das cidades implica nas múltiplas ações dos sujeitos que nelas vivem, tais composições interferem na construção de modos plurais de existência na população. Tais processos estão, necessariamente, articulados a coexistência de dimensões macro e micropolíticas. Conforme afirmam Neves e Josephson (2002, p.7), “macro e micropolítica são modos de recortas a realidade, são dimensões indissociáveis que, apesar de terem seus modos próprios de funcionamento, se infiltram uma na outra [...]”.

Geralmente, as articulações políticas operam de forma centralizada, por meio de macrodecisões, julgamentos e escolhas binárias, em que predominam análises dualistas e totalizantes (como por exemplo, a definição de políticas públicas pautadas em modelos pretensamente universais e atemporais). Observa-se que a centralização se compõe como segmentária e segue uma razão dicotômica e hierárquica, que

“substitui formações morfológicas flexíveis por essências ideais ou fixas, afetos por propriedades, segmentações em ato por segmentos pré-determinados” (DELEUZE e GUATTARI, 2006, p. 89).

As segmentaridades duras acarretam em determinados perigos, pois esta “não diz apenas respeito às nossas relações com o Estado, mas a todos os dispositivos de poder que trabalham os nossos corpos, “[...] a nossa maneira de perceber, de agir, de sentir, aos nossos regimes de signos” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 166). Embora tais segmentaridades nos tranquilizem em muitos momentos e acarretem em uma sensação de segurança, estas, por vezes, também “faz de nós as criaturas mais receosas e também as mais impiedosas e as mais amargas” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 166).

Isso de certo modo justifica a condutas segregatórias, como as práticas policiais, que tomam o indivíduo vivente na cidade como potencial inimigo e, portanto, passível alvo de múltiplas violências como modo de manutenção da uma pretensa ordem social.

A construção de modos de vigilância também é um desdobramento desse mesmo fenômeno. A ampliação do uso de câmeras, em especial no centro das cidades, ao longo das principais avenidas e pontos considerados estratégicos para monitoramento, confere a essa população circulante a experiência de que há alguém que a protege. De algum modo, seria um papel do Estado conferir segurança à população, de forma que sua capacidade de processar seus traços e características possibilitasse o afastamento a possíveis perigos que emanam desses movimentos de ruptura. Assim,

[...] O Estado é o agente de guerra e o lugar da institucionalização do conflito: ele é o nosso defensor. Mostra saber governar pelos efeitos da representação política e da biopolítica: zela por nós por meio da rotina parlamentar, pelas políticas de intervenção na vida da população e pela diplomacia externa em nome da consolidação da paz perpétua. O sossego oferecido pelo bom governo resume-se em proteger o cidadão dos inimigos de dentro e de fora, e cuidar da vida de cada um, como um pastor que administra a saúde, os traslados e as vontades de seus seguidores (PASSETI, 2004, p. 152).

Nessa geometria de estado centralizador, contudo, se somam outras forças, micropolíticas, articuladas a componentes moleculares, que produzem deslocamentos imprevisíveis, engendrando processos parciais e um “mundo de microdeterminação, atrações e desejos” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 102). Exemplo disso são as interferências de usuários das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos (comissões e conselhos), com o objetivo de tensionar (e denunciar) o debate sobre a ineficiência de ações com vieses universalizadores, em meio às diversidades de raça, classe, entre outros marcadores sociais de diferença, que compõem as cidades.

Destaca-se, então, a existência de, ao menos, dois tipos de segmentaridades misturadas, uma flexível e outra dura, macro e micropolítica, sendo a política “uma experimentação ativa, porque não se sabe antecipadamente como é que uma linha se vai desenvolver” (DELEUZE e PARNET, 2004, p. 166). Nas cidades, por exemplo, o encontro entre esses segmentos acontece, por vezes, em meio à tensão entre modos de existência das comunidades localizáveis

e as determinações de políticas governamentais. Assim, cada território acaba por compor formas distintas de materialização local destas políticas, em meio a um campo de forças que inclui redes de conhecimentos, vivências, riscos, em suma, práticas que arquitetam “a cidade” de modo não totalmente planejado.

A partir desse panorama, observamos a tentativa de apropriação destes movimentos diversos em articulações centralizadas e, portanto, molares, que insistem em dimensionar a vida em termos totalizadores, universais, regulares, constituindo o que chama-se “segmentariedade dura”. Porém, mesmo perante tais tentativas, não há um ponto onde todos os centros se confundem, mas ressonâncias relativas que compõem a todos, sendo que as “as segmentariedades tornam-se duras, na medida em que todos os centros ressoam [...] num ponto de acumulação” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 87).

Em cada centro de poder, no entanto, circula uma microtextura difusa e minituarizada, que implicam em fissuras nos modos duros. Ao mesmo tempo em que há, por exemplo, um discurso normativo que tem a pretensão de impor a necessidade de uma rotina de trabalho na população, independentemente de suas particularidades, assistimos em determinados bairros ou comunidades, conjuntos de pessoas que resistem a articular seu cotidiano a tais práticas: permanecem ocupando as calçadas, realizando atividades consideradas menores para a obtenção de renda mínima para a sobrevivência, sem necessariamente permanecer em uma rotina de trabalho.

Logo, qualquer centro de poder é composto por uma zona de potência articulada a segmentações molares, bem

como a zonas de indiscernibilidade que escapam, ainda que provisoriamente, a totalidade das práticas sociais. O Estado se constitui, portanto, enquanto uma caixa de ressonância entre centros de poder, ao mesmo tempo em que sofre intrusões de componentes que o desestabiliza. Vemos aqui, por exemplo, a ação dos movimentos sociais que se desenham a partir de demandas localizadas em meio às precariedades vivenciadas nas cidades, encaminhando ao “centro” suas reivindicações e projetos, o que, de certo modo, faz reconhecer esse lugar referenciado do Estado legitimado.

Nota-se, deste modo, que a vida se desenha nas cidades em meio às composições macro e micropolíticas, que se articulam segundo velocidades, variações e intensidades diferentes. Tais processos, contudo, não se constituem de modo dialético e/ou em contradição, mas se constroem na interação e coexistência constante entre diferentes articulações e seus efeitos parcialmente imprevisíveis. Nesse sentido, ressalta-se que não há distinção entre as dimensões social e individual (ou interindividual), mas sim entre campos molares (que se articulam em representações coletivas ou individuais) e campos moleculares de crenças e, principalmente, desejos.

Por essa razão, as ruas acabam tornam-se símbolo da forma com que os viventes constroem o que chamamos comumente de política. Magalhães (2015) cita uma série de exemplos – como a Primavera Árabe e o *Ocuppy* – nos quais a ocupação de espaços públicos foi tomada como uma ferramenta de ação e intervenção política que extravasa os limites das demandas específicas de cada bairro. Reconhece-se que existem preocupações coletivas que impelem uma reforma urbana a partir da qual seja

possível ultrapassar interesses privados em prol de uma reorganização da esfera pública. O autor pontua que nesse tipo de movimento:

O espaço urbano entra como um agente importante nesta alteração da experiência da cidade, que se constitui a partir de uma prática espacial disruptiva, formadora de temporalidades territorializadas situadas no campo da alteridade, de sua afirmação através do dissenso [...]. Altera também a noção do que é a rua, de seus significados, trazendo-a como espaço por excelência da heterogeneidade da multidão, do encontro com o outro numa situação de semelhante e de partilha, da abertura e da horizontalidade [...] (2015, p. 222).

Enquanto potência, na presente análise, desejo é compreendido como produção social, econômica, política, geopolítica, tecnológica, ou seja, não reduzimos a noção de desejo a uma instância individual, como mera produção dos sujeitos que vivem nas cidades. Localizamos, portanto, as produções desejantes como máquinas, ou seja, como instâncias de produção que se tecem em meio a formatos pré-determinados e cristalizados e a composições que se apresentam como potência a resistir a capturas. A seguir, daremos continuidade ao debate sobre as produções desejantes no cenário das cidades.

### **As produções desejantes nas cidades**

Assim como apresentado anteriormente, analisamos desejo como produção social, instância articulada em meio a composições de múltiplas linhas que desenham dimensões macro e micropolítica. Neste sentido, localizamos as produções desejantes como máquinas, ou seja, como composições que se articulam em um

campo de guerra onde coexistem múltiplas forças, como “[...] uma energia pulsional indiferenciada, mas [que] resulta ele próprio de uma montagem elaborada, de um *engineering* de altas interações” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 93).

Logo, as produções desejantes se constituem como máquina de guerra, onde modos duros de existência coexistem em disputa com modos resistentes de vida. Nas cidades, por exemplo, notamos um forte movimento de inclusão da população à rotina do trabalho, que no contexto contemporâneo atrela-se a lógica do consumo. Porém, transitam também nas cidades pessoas que configuram a partir de outros desejos. Das práticas de mendicância, artísticas, de consumo consciente e sustentabilidade ambiental, entre outras possibilidades, observam-se dissonâncias no cotidiano vivido.

As articulações desejantes, portanto, estão aliadas a movimentos macro e micropolíticas, articulados a máquinas abstratas de sobrecodificação e a máquinas abstratas de mutação, sendo que Deleuze e Parnet (2004) afirmam que não há dualismos entre elas, estando uma constantemente agindo sobre a outra.

A máquina abstrata de sobrecodificação se remete ao aparelho do Estado e opera na produção, homogeneização e regulação de segmentaridades duras (macrosegmentaridades). Esta máquina “organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas, os saberes dominantes, as ações e os sentimentos adequados a essa ordem, e os segmentos que a fazem prevalecer sobre os outros” (DELEUZE e PARNET, 2004, p. 156). Um exemplo disso pode ser observado na lógica de funcionamento dos diferentes conselhos vinculados às políticas públicas. Neles

são levantadas às demandas populacionais, dando aos agentes sociais certo direito à fala como modo de tentativa de apropriação desta aos fins determinados pelo Estado. Nesse processo, parte dos saberes do cotidiano do bairro se transformam em práticas permeadas pela racionalidade estatal.

É também por meio de máquinas abstratas de sobrecodificação que as cidades, em específico a população, se organizam e regulam, contudo, cabe ao Estado efetua-lo. Para tanto, é fundamental que os cenários desenhados nas cidades impliquem numa sensação de constância temporal e alcance espacial, e que origine uma falsa impressão de fixidez, como a divisão das cidades em bairros, por exemplo. A falsidade dessa composição está em supor que nossos movimentos subjetivos respondem a uma codificação pré-determinada e cristalizada.

Já a máquina abstrata de mutação opera por descodificações, que resultam na potencialização modos de existência mais fluidos e vivos, que não obedecem a predeterminação das segmentaridades duras próprias da dinâmica molar. Ainda que exista, por exemplo, tentativas de compreender e analisar as características de um determinado bairro a partir de categorias unitárias e totalizadoras, é impossível manter as relações entre as pessoas delimitadas apenas pelo espaço geográfico que vivem.

Elas passeiam por múltiplos espaços, realizam trocas com outros viventes de comunidades/espços diferentes. Algumas trabalham e/ou estudam fora dos limites territoriais que tendem a localizá-la. Outras simplesmente perambulam pelas ruas sem objetivos aparentes, o que, de certo modo, provoca àqueles que se encontram em um modo utilitário de vida. Desse

modo, a cidade ao mesmo tempo em que agrupa e categoriza, também provoca a experiência de diferença e estranhamento.

As máquinas abstratas de mutação, portanto, operam na desconstrução relativa de estratos duros, produzindo descodificações e variações nos discursos e ações que se desenham na população. Logo, afirma-se que as produções desejantes nas cidades estão articuladas a operações efetuadas por essas máquinas, sendo que estes movimentos maquinicos se articulam por meio da síntese de elementos e forças heterogêneas (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

A cidade é, prioritariamente, como bem afirma Bauman (2009), um campo de encontros. É dentro dessa perspectiva que tomamos o exemplo pontuado na análise realizada por Mariasch (2005) dos processos de solidariedade. A autora pontua que a população está imersa em uma vida por decreto, seja determinada pelo âmbito jurídico, seja pela disseminação de uma lógica de mercado que toma as práticas de consumo a partir de discursos imperativos. Enquanto ruptura a tais práticas, observa-se o aparecimento de um modo de solidariedade pautada pela convivência.

[...] A “solidariedade por convivência”, enquanto forma de subjetividade coletiva, é apresentada como base de transformação, de produção e re-criação da existência, baseada nas relações, nos agenciamentos, nas trocas, nos encontros. Trata-se de uma experiência que não reconhece fronteiras e se posiciona como a possibilidade de construção de um tecido reticular, na forma de rizoma, expressando a dinâmica da vida.

Esse processo, como salienta Kroef (2010) fomenta práticas que ultrapassem absolutismos e nos aproximem de movimentos singulares afirmados pela diferença que podem ter na cidade seu espaço. Nessa direção, Rios (2015) discute, por exemplos, alguns modos de intervenção urbana a partir da arte, que funcionariam em contraposição a narrativas dominantes expressadas pelos projetos urbanísticos, promovendo uma espécie de contra-uso da cidade.

Assim, as praças, ruas e demais espaços públicos podem tornar-se um palco que fornece outra experiência a quem por ele passa. Apresentações teatrais e musicais, o grafite ou *performances* coletivas (como por exemplo, o grupo ativista *Femen*), modificam e, portanto, desestabilizam a rotina instituída que tende à insensibilidade da vivência e das questões relativas à cidade. Assim,

[...] O lugar de estar, ocupado por corpos desinstitucionalizados, indisciplinados e improdutivos exercitam os espaços como públicos, na medida em que instalam uma ética não mercantilizada, nem policialesca, e sim, de prática de alteridade e de reconhecimento do outro. Não existe espaço público por decreto, e sim, espaço público exercitado, mantido e defendido das infiltrações estatais e de mercado (RIOS, 2015, p.42).

Nesse sentido, emprega-se uma ética, articulada com o cotidiano vivo, pautada pelo estar junto como princípio potencial para a criação de novos modos de ser que escapam as estratégias descritivas, já que está intimamente articulada com o par desejo/agenciamento e dos aspectos produtivo e revolucionário.

### Considerações provisórias

As linhas que se produzem e enlaçam nas cidades, nos permite o encontro diário com múltiplas composições de vida e de realidades distintas, produzidas em meio a modos conservadores e resistentes de existência. Neste sentido, a problematização de parte das relações que se desenham nestes cenários, nos permitiu vislumbrar maneiras como a população experimentam os encontros que se tecem nas cidades.

Logo, buscamos nos manter sensíveis à “detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso” (KASTRUP, 2010, p. 33), que se apresentaram de forma provisória, parcial e desordenada. Assim, não foram simplesmente selecionadas cenas de um campo perceptivo dado, mas produziu-se o próprio campo perceptivo, em meio a elementos díspares que, neste momento, nos chama a atenção.

Por fim, destacamos a importância de analisar as cidades como campo de forças em constante movimento, uma espécie de caleidoscópio onde composições e decomposições de imagens, discursos e modos de existência articulam paisagens móveis e permeáveis a novos elementos e encontros.

### Referências

- BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Três novelas ou “o que se passou?” In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.
- \_\_\_\_\_. Micropolítica e segmentaridade. In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. v. 3.
- \_\_\_\_\_. Acerca do ritornelo. In: **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 4.
- DELEUZE, G; PARNET, C. **Políticas**. In: **Diálogos**, Lisboa: Ed. Relógio D'Água, 2004.
- DIAS, J.A.M. **Espaços da Singularidade: Manifestações Múltiplas do Cotidiano da Praça de Batista Campos, Belém/Pa**. Disponível em <http://unuospedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2577/2518>. Acesso em 02 jun.2016.
- KROEF, Ada. Identidade(s) e Cultura(s): territórios da subjetividade capitalística. **Artefactum** (Rio de Janeiro), v. 2, p. 5-27, 2010.
- NEVES, C. E. A. B., JOSEPHSON, Sílvia Carvalho. **A Crítica como Clínica**. Disponível em <http://xa.yimg.com/kq/groups/14659765/757322460/name/A+critica+como+clinica.pdf>. Acesso em 26 jun.2016.
- MAGALHAES, F.N.C. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MARIASCH, T. L. Solidariedade por convivência: subjetividade e filosofia do desejo. **Lugar Comum (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 163-184, 2005.
- PASSETTI, E. Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n.1, p. 151-160, 2004.
- PEREIRA, A.S. Performatividades juvenis na cena urbana de Porto Alegre: problematizações contemporâneas. **Latitude**, v. 6, p. 51-70, 2012.
- RIOS, D.S.C.V. **Intervenções Urbanas: possíveis desconstruções do espetáculo cotidiano**. Jogos, derivas e andarilhagens. 218f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SILVA, J. C. Subjetividades e paisagens da cidade midiaticizada: imagens, corpo e consumo cultural. In: **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2013.